



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**7^o EXAME
DE
SELEÇÃO**

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E
DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
- 1998 -**



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Assinale a resposta correta:

- a) Estado é uma instituição permanente de organização social e é encontrado em todas as sociedades humanas;
- b) Estado é uma forma de organização invariável das sociedades humanas, não havendo diferenças fundamentais entre Estados antigos e modernos;
- c) Estado surge juntamente com a aglomeração do homem em sociedade, sendo a forma exclusiva de organização da vida em coletividade;
- d) Estado é uma forma de organização social condicionada historicamente, sendo a sua estruturação diversa nos diferentes momentos históricos;
- e) surgimento do Estado antecede a organização do homem em sociedade;

2) No momento do advento de uma nova Constituição, o que ocorre com a legislação até então vigente ?

- a) é toda ela revogada, surgindo a necessidade de que sejam novamente editadas as leis, em conformidade com as disposições introduzidas pela Constituição;
- b) permanece ela integralmente em vigor, ainda que alguns diplomas legais sejam incompatíveis com a Constituição;
- c) as leis incompatíveis com a Constituição são tidas como não recepcionadas pelo novo ordenamento constitucional e perdem a sua eficácia;
- d) cabe ao Congresso Nacional listar quais as leis que continuam em vigor e quais as que ficam revogadas pela nova Constituição;
- e) cabe ao Poder Executivo listar quais as leis que continuam em vigor e quais as que ficam revogadas pela nova Constituição;

3) São características do Poder Constituinte originário:

- a) poder de direito, limitado, condicionado pela ordem jurídica anterior;
- b) poder de fato, absoluto, porém condicionado pela ordem jurídica anterior;
- c) absoluto, poder de direito, se limita apenas pelo respeito aos direitos anteriormente adquiridos;
- d) poder de direito, limitado e de titularidade do Congresso Nacional;
- e) ilimitado, poder de fato, absoluto, incondicionado pela ordem jurídica anterior;

4) Como se classifica a Constituição Brasileira de 1988 ?

- a) escrita, promulgada, dogmática, flexível;
- b) escrita, promulgada, histórica, rígida;
- c) escrita, promulgada, dogmática, rígida;
- d) escrita, promulgada, dogmática, semi-rígida;
- e) não escrita, outorgada, histórica, flexível;

5) Podem efetuar o controle incidental de constitucionalidade das leis:

- a) todo e qualquer juiz singular, bem como os Tribunais;
- b) somente o Supremo Tribunal Federal;
- c) todos os Tribunais Superiores;
- d) somente o Pleno dos Tribunais ou seus Órgãos Especiais;
- e) somente o Tribunal de Justiça;

6) No âmbito da legislação concorrente da União e dos Estados:

- a) existindo lei federal específica sobre a matéria fica suspensa a eficácia de lei estadual sobre o mesmo assunto;
- b) a competência da União está limitada ao estabelecimento de normas gerais;
- c) existindo lei federal sobre normas gerais é vedado ao Estado editar leis suplementares.
- d) existindo lei estadual sobre normas gerais, a União deverá observar em sua regulação essas normas jurídicas preexistentes;
- e) embora existindo lei federal sobre normas gerais, os Estados poderão exercer competência legislativa plena desde que esta vise atender a suas peculiaridades.

7) São características do regime federativo brasileiro:

- a) a existência de três entes federativos autônomos: a União, os Estados e o Distrito Federal;
- b) constituírem os Territórios entidade semi-autônoma, vinculados administrativamente aos Estados;
- c) a reserva aos Estados das competências legislativas residuais, que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal;
- d) a previsão de uma ampla participação popular no processo legislativo federal, vedada somente a iniciativa popular no âmbito da legislação estadual e municipal;
- e) a existência do sistema de representação bicameral no âmbito federal e estadual;

8) Assinale a afirmativa errada:

- a) compete à União legislar privativamente sobre trânsito e transportes;
- b) compete aos Estados legislar concorrentemente com a União sobre procedimentos em matéria processual;
- c) compete aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
- d) compete aos Estados legislar privativamente sobre propaganda comercial;
- e) compete aos Estados, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas;

9) Tem legitimidade para propor ação popular:

- a) qualquer partido político;
- b) qualquer entidade de classe ou de defesa de interesses coletivos;
- c) o Ministério Público;
- d) qualquer pessoa maior de 21 anos, no gozo de suas faculdades mentais;
- e) qualquer cidadão;

10) Aponte a opção que não constitui vedação do sistema tributário nacional:

- a) proibição de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- b) proibição de utilizar tributo com efeito de confisco;
- c) proibição de instituir impostos sobre templos de qualquer culto;
- d) proibição de estabelecer limitações ao tráfego de pessoas e bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio em vias públicas;
- e) proibição de estabelecer impostos sobre a propriedade imobiliária;

11) Por meio de Decreto o Presidente da República institui um novo tributo. Sabendo-se que o ato normativo possui apenas um defeito, informe qual o princípio constitucional que é vulnerado:

- a) princípio da legalidade;
- b) princípio da irretroatividade;
- c) princípio da anterioridade;
- d) princípio da capacidade contributiva;
- e) princípio da anualidade;

12) Assinale a alternativa incorreta:

- a) leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos semestrais;
- b) é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária;
- c) a lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa;
- d) é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;
- e) os projetos de lei relativos ao orçamento serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum;

13) Estado brasileiro se organiza sob o princípio fundamental da tripartição dos Poderes (tripartição das funções de Estado). É exceção a esse princípio:

- a) a nomeação pelo Executivo de um Ministro de Estado;
- b) a sustação pelo Congresso Nacional dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;
- c) a edição pelo Poder Executivo de uma medida provisória;
- d) a apresentação ao Congresso Nacional de um projeto de lei do Poder Executivo;
- e) a edição pelo Poder Executivo de um decreto tendente a regulamentar uma lei;

14) No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado é correto afirmar:

- a) esta abrange apenas as pessoas jurídicas de direito público mas não as pessoas privadas prestadoras de serviços públicos;
- b) para que seja imputada a responsabilidade ao Estado é necessário provar que o agente estatal agiu com dolo ou culpa;
- c) a responsabilidade é imputável ao Estado independentemente do servidor estar agindo na qualidade de servidor público ou em razão do cargo;
- d) a responsabilidade do Estado é objetiva, bastando ao prejudicado provar o nexo de causalidade entre a ação e o dano;
- e) é cabível a responsabilidade do Estado pelo exercício irregular das atribuições dos Poderes Executivo e Judiciário, mas não do Legislativo.

15) São princípios da Administração Pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;
- b) a legalidade, a discricionariedade, a publicidade e a honradez;
- c) a legitimidade, a moralidade, a impessoalidade e a eficiência;
- d) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade;
- e) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a eficiência;

16) Assinale a alternativa incorreta:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, bem como aos estrangeiros na forma da lei;
- b) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;
- c) a lei pode estabelecer limitações de idade em concurso público para acesso a determinados cargos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;
- d) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais, por se constituírem em funções de Estado, não se sujeitam à revisão geral anual única de remuneração do restante do funcionalismo público.
- e) a autonomia gerencial e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta pode ser ampliada mediante contrato de gestão firmado entre seus administradores e o poder público;

17) Não são considerados brasileiros:

- a) os natos e os naturalizados;
- b) os nascidos no Brasil, de pais estrangeiros, que estejam no Brasil a serviço de seu país;
- c) os naturalizados;
- d) os estrangeiros residentes no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos, sem condenação penal, que tenham requerido a nacionalidade brasileira;
- e) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro, que vieram a residir no país após completarem 21 anos e requereram a nacionalidade brasileira;

18) Quais as condições constitucionalmente exigidas para a concessão do mandado de segurança ?

- a) *periculum in mora* e ofensa a direito indisponível;
- b) *periculum in mora*, ofensa a direito indisponível e conveniência de que não seja dada publicidade à ação;
- c) ato abusivo ou ilegal praticado por autoridade pública que ofenda direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*;
- d) ofensa ao princípio da legalidade;
- e) cerceamento à liberdade de locomoção;

19) Não constitui direito individual, nos termos da Constituição:

- a) prisão somente em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária;
- b) livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- c) livre locomoção no território nacional em tempos de paz;
- d) reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização policial;
- e) liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar;

20) Quanto ao princípio da irretroatividade da lei, assinale a alternativa correta:

- a) a lei não pode retroagir no direito brasileiro por expressa vedação constitucional;
- b) a lei retroage no direito brasileiro apenas para beneficiar o prejudicado;
- c) a lei pode retroagir somente quando se tratar de uma norma de ordem pública;
- d) a lei pode retroagir somente quando a retroatividade estiver prevista no seu próprio texto;
- e) a lei pode retroagir desde que não prejudique o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

21) Correlacione as colunas:

(1) AÇÃO	() Sucessão encadeada de atos voltados para a consecução de um determinado fim. Instrumento por meio do qual se exerce a função jurisdicional.
(2) JURISDIÇÃO	() Sinônimo de rito.
(3) PROCEDIMENTO	() Direito público subjetivo de requerer a prestação da jurisdição.
(4) COMPETÊNCIA	() Poder-dever do Estado de solucionar conflitos em caráter definitivo.
(5) PROCESSO	() Extensão de poder cometido ao órgão jurisdicional.

A seqüência correta, de cima para baixo, é a seguinte:

- a) 5, 3, 1, 2 e 4.
- b) 3, 5, 4, 2 e 1.
- c) 3, 5, 4, 1 e 2.
- d) 5, 3, 4, 2 e 1.
- e) 2, 3, 1, 5 e 4.

22) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Como regra geral, o sistema processual brasileiro adota, em matéria de apreciação da prova, o princípio da persuasão racional do juiz.
- b) O princípio do duplo grau de jurisdição é previsto expressamente pela Constituição da República.
- c) A publicidade dos atos processuais poderá sofrer restrições legais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- d) O princípio da motivação das decisões judiciais é garantia processual assegurada expressamente pela Constituição da República.
- e) Segundo o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito pode ser, ainda que por expressa previsão legal, excluída da apreciação do Poder Judiciário.

23) No curso de um determinado processo sobrevém lei instituindo nova norma processual, que revoga norma anterior. Qual a solução a ser adotada pelo Juiz da causa?

- a) Deverá observar o princípio da unidade processual e aplicar a lei anterior até o término do processo, sob pena de atribuir efeito retroativo à lei nova.
- b) Deverá encerrar a fase processual em curso sob o pálio da lei anterior e, pelo princípio da incidência imediata da norma processual, aplicará a lei nova a partir da fase processual subsequente.
- c) Deverá considerar válidos os atos processuais praticados sob a égide da lei anterior e aplicar a lei nova aos atos que lhe forem posteriores, independentemente da fase.
- d) Deverá facultar às partes exercerem a opção sobre a norma a ser aplicada.
- e) Deverá decidir consoante as regras de experiência e segundo seu prudente arbítrio.

24) A incompetência relativa:

- a) pronunciável *ex officio* pelo Juiz.
- b) enseja a rescisão da sentença, caso não argüida oportunamente.
- c) é suscetível de argüição a qualquer tempo por meio de exceção.
- d) deve ser argüida por meio de exceção, e sua não argüição enseja a prorrogação da competência do Juiz.
- e) deve ser argüida como preliminar da contestação, e sua não argüição não enseja a prorrogação da competência do Juiz.

25) O réu em determinado processo alegou em sua defesa que:

- o autor da ação não era o titular do crédito que lhe estava sendo cobrado;
- a pretensão deduzida estava prescrita;
- o verdadeiro credor não cumpriu sua obrigação no negócio jurídico que originou o crédito.

Segundo a sistemática adotada pelo Código de Processo Civil, tais questões classificam-se, respectivamente, como:

- a) questão preliminar, questão prejudicial e questão de mérito.
- b) questão preliminar, questão de mérito e questão de mérito.
- c) questão preliminar, questão preliminar e questão de mérito.
- d) questão prejudicial, questão preliminar e questão de mérito.
- e) questão de mérito, questão prejudicial e questão de mérito.

26) Sobre as especificidades processuais relativas à Fazenda Pública é correto afirmar que:

- a) seu prazo para contestar é de 60 (sessenta) dias contados do primeiro dia útil seguinte à data da juntada da carta postal de citação com aviso de recebimento.
- b) seu prazo para contestar conta-se em quádruplo, para recorrer, em dobro, e também em dobro para falar nos autos de modo geral.
- c) as sentenças contrárias à União, Estados, Municípios e suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista sujeitam-se ao duplo grau obrigatório de jurisdição.
- d) a Fazenda Pública poderá ser demandada perante os Juizados Especiais Cíveis, desde que a demanda tenha valor inferior a quarenta salários mínimos e seja de menor complexidade.
- e) a União Federal, os Estados e o Distrito Federal serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores e os Municípios por seu Prefeito ou procurador.

27) Analise as assertivas abaixo:

(I) Preclusão temporal é a perda de uma faculdade processual pelo decurso do prazo fixado para o seu exercício.

(II) A coisa julgada formal configura-se pela impossibilidade de reexame da sentença no âmbito do processo em que foi proferida.

(III) A coisa julgada material torna imutável e indiscutível o que foi decidido na sentença, no mesmo processo ou em qualquer outro que envolva a mesma relação jurídica.

Estão corretas:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Apenas uma das assertivas.

28) São os elementos identificadores das ações:

- a) Legitimidade para a causa, possibilidade jurídica do pedido e interesse em agir.
- b) Partes, objeto e juiz.
- c) Capacidade postulatória, competência do juiz e adequação do procedimento.
- d) Partes, pedido e causa de pedir.
- e) Valor da causa, partes e causa de pedir.

29) Sobre a organização do Poder Judiciário brasileiro é correto afirmar que:

- a) Ao Supremo Tribunal Federal compete, dentre outras atribuições, realizar o controle de constitucionalidade dos atos normativos federais, estaduais e municipais.
- b) Ao Superior Tribunal de Justiça compete, dentre outras atribuições, zelar pela unificação da interpretação do direito federal.
- c) Aos Tribunais Regionais Federais compete apenas julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos Juízes Federais.
- d) Os Tribunais de Justiça dos Estados não exercem controle concentrado da constitucionalidade.
- e) As Juntas de Conciliação e Julgamento são compostas por um Juiz togado, um Juiz classista e um Conciliador.

30) São auxiliares da Justiça, o primeiro permanente e o segundo temporário:

- a) o perito e o escrivão.
- b) o juiz e o perito.
- c) o escrivão e o perito.
- d) o escrivão e o oficial de justiça.
- e) o advogado e o perito.

DIREITO CIVIL

31) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) o credor de coisa certa não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa;
- b) a coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e quantidade;
- c) na obrigação de fazer, se a prestação do fato se impossibilitar sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação;
- d) as obrigações solidárias não podem ser estipuladas por vontade das partes;
- e) nas obrigações solidárias, o credor tem direito de exigir e receber de um ou alguns dos devedores, parcial, ou totalmente, a dívida comum.

32) Marque a opção incorreta - É nulo o ato jurídico quando:

- a) eivado por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude;
- b) praticado por pessoa absolutamente incapaz;
- c) a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar efeito;
- d) não revestir a forma prescrita em lei;
- e) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

33) Assinale a afirmativa correta:

- a) a condição puramente potestativa é nula;
- b) na condição resolutiva, enquanto esta não se verificar, o ato jurídico não se torna eficaz;
- c) na condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, o ato jurídico permanece eficaz;
- d) condição é a cláusula que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e certo;
- e) a lei veda a possibilidade de condição resolutiva tácita.

34) Marque a opção incorreta - o prazo prescricional:

- a) é passível de renúncia;
- b) em se tratando de direitos pessoais, não pode ser conhecido ex officio pelo juiz;
- c) está sujeito a causas suspensivas, impeditivas e interruptivas;
- d) flue contínua a preempitoriamente;
- e) pode ser alegado, em qualquer instância, pela parte a quem aproveita.

35) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar:

- a) no dia em que é sancionada;
- b) no dia em que é publicada;
- c) 45 dias depois de oficialmente publicada;
- d) 45 dias depois de votada no Congresso Nacional;
- e) 60 dias depois de votada no Congresso Nacional.

36) O condomínio é uma espécie de:

- a) pessoa natural;
- b) pessoa jurídica de direito privado;
- c) pessoa jurídica de direito público;
- d) pessoa formal;
- e) sociedade irregular.

37) As coisas infungíveis têm como característica essencial o fato de:

- a) desaparecerem com o uso comum;
- b) não desaparecerem com o uso comum;
- c) não se identificarem pela sua individualidade, mas pela quantidade e qualidade;
- d) identificarem-se por sua individualidade própria;
- e) mesmo quando reunidas, se consideram, de per si, independentemente das demais.

38) Comoriência é:

- a) o efeito de a lei revogada restaurar-se por ter a lei revogadora perdido a vigência;
- b) o período existente entre a publicação de uma lei e a sua entrada em vigor;
- c) o estado de vida em comum de um homem e uma mulher que não são casados;
- d) a presunção da simultaneidade da morte na hipótese de dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião e não for possível averiguar qual deles faleceu primeiro;
- e) uma espécie de ato ilícito.

39) Quando a lei nova substituir a anterior, tratando de todo o assunto versado na lei antiga, ocorre o fenômeno da:

- a) confusão;
- b) novação;
- c) derrogação;
- d) subrogação;
- e) abrogação.

40) No direito brasileiro, a personalidade civil do homem tem início a partir:

- a) do registro do nascimento;
- b) do nascimento com vida;
- c) dos 16 (dezesesseis) anos;
- d) dos 21 (vinte e um) anos;
- e) da emancipação.

41) Assinale a opção correta:

- a) o domicílio da União Federal é o Palácio do Planalto;
- b) o domicílio dos Estados são as respectivas Assembléias Legislativas;
- c) o domicílio do Município é o lugar onde funcione a administração municipal;
- d) o domicílio das demais pessoas jurídicas é o da filial que tiver maior faturamento;
- e) o domicílio civil da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência sem ânimo definitivo.

42) São elementos essenciais da relação obrigacional civil:

- a) partes, objeto e causa de pedir;
- b) partes, pedido e causa de pedir;
- c) capacidade, objeto e consentimento;
- d) capacidade, objeto e vínculo jurídico;
- e) partes, objeto e vínculo jurídico.

43) Assinale a opção correta - Direito subjetivo é:

- a) sinônimo de direito patrimonial;
- b) sinônimo de norma jurídica editada pelo Estado;
- c) a possibilidade de praticar ou não determinado ato;
- d) o direito que, para ser exercido, independe de um comportamento por parte do sujeito passivo;
- e) o direito de exigir que, sob pena de sanção, o sujeito passivo cumpra o seu dever jurídico.

44) Assinale a opção incorreta - São considerados bens imóveis pelo Direito Civil brasileiro:

- a) os edifícios;
- b) os direitos de autor;
- c) o direito à sucessão aberta;
- d) os direitos reais sobre imóveis;
- e) o solo com a sua superfície.

45) O prazo prescricional para a propositura de ação judicial em face do Estado é de:

- a) 20 (vinte) anos;
- b) 15 (quinze) anos;
- c) 10 (dez) anos;
- d) 05 (cinco) anos;
- e) 02 (dois) anos.

46) Os direitos insuscetíveis de modificação subjetiva são chamados de:

- a) direitos absolutos;
- b) direitos relativos;
- c) direitos patrimoniais;
- d) direitos personalíssimos;
- e) direitos pessoais.

47) Assinale a opção incorreta:

- a) negócio jurídico é a declaração de vontade em que o agente persegue o efeito jurídico correspondente;
- b) ato jurídico em sentido estrito é a declaração de vontade cujos efeitos jurídicos são gerados independentemente de serem perseguidos diretamente pelo agente;
- c) o ato jurídico em sentido estrito pode ser natural ou voluntário;
- d) os atos ilícitos são uma espécie de fato jurídico;
- e) os fatos jurídicos podem ter origem em uma declaração de vontade.

48) As benfeitorias são:

- a) as utilidades que a coisa periodicamente produz, sem desfalque da sua substância;
- b) as utilidades que a coisa periodicamente produz, com desfalque da sua substância;
- c) as obras ou despesas feitas na coisa, com o fim de conservá-la, melhorá-la ou embelezá-la, excluindo as oriundas de incrementos naturais;
- d) os melhoramentos introduzidos na coisa oriundos de incrementos naturais;
- e) os rendimentos retirados da utilização da coisa.

49) A responsabilidade civil do Estado, pelos atos comissivos dos seus agentes:

- a) independe de prova;
- b) independe de culpa do agente;
- c) depende de culpa do agente;
- d) inexistente, sendo responsável apenas o agente;
- e) depende de prévia condenação criminal do agente.

50) Tício celebrou contrato com Mévio acertando que alienará sua casa no dia em que seu cachorro Rex morrer.

Sobre o elemento acidental do negócio jurídico acima descrito, é correto afirmar tratar-se de:

- a) encargo;
- b) simulação;
- c) condição suspensiva;
- d) termo incerto;
- e) condição resolutiva.

Poder Executivo

RIO DE JANEIRO • TERÇA-FEIRA
1 DE DEZEMBRO DE 1998
ANO XXIV • Nº 223 • PARTE I

39

Procuradoria Geral do Estado

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

A V I S O

7º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIARIOS

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTAGIARIOS faz saber aos interessados que é o seguinte o gabarito do Exame de Seleção realizado em 29.11.98:

DIREITO CONSTITUCIONAL

- | | | |
|--------|--------|--------|
| 01 - D | 08 - D | 15 - A |
| 02 - C | 09 - E | 16 - D |
| 03 - E | 10 - E | 17 - B |
| 04 - C | 11 - A | 18 - C |
| 05 - A | 12 - A | 19 - E |
| 06 - B | 13 - C | 20 - E |
| 07 - C | 14 - D | |

TEORIA GERAL DO PROCESSO

- | | | |
|--------|--------|--------|
| 21 - A | 25 - B | 29 - B |
| 22 - B | 26 - E | 30 - C |
| 23 - C | 27 - A | |
| 24 - D | 28 - D | |

DIREITO CIVIL

- | | | |
|--------|--------|--------|
| 31 - D | 38 - D | 45 - D |
| 32 - A | 39 - E | 46 - D |
| 33 - A | 40 - B | 47 - C |
| 34 - D | 41 - C | 48 - C |
| 35 - C | 42 - E | 49 - B |
| 36 - D | 43 - E | 50 - D |
| 37 - D | 44 - B | |

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Parte I.